

não lhe sendo aplicado o método ou fase seguinte, bem como os candidatos que a eles não tenham comparecido.

16 — Será elaborada uma lista unitária de ordenação final dos candidatos, ainda que, no procedimento, lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de selecção.

17 — Em caso de igualdade de valoração entre os candidatos serão adoptados os critérios de ordenação preferencial previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011.

18 — As actas da(s) reunião(ões) do Júri onde constam os parâmetros de avaliação e ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

19 — Além das comunicações aos candidatos, previstas na legislação em vigor, a lista dos candidatos com os resultados obtidos em cada método de selecção intercalar e a lista unitária de ordenação final dos candidatos serão publicitadas na página online da Administração da U.C., no seguinte endereço: http://www.uc.pt/drh/rm/pconcursais/pessoal_nadocente/comuns, e afixadas nas instalações da Administração.

20 — Atendendo às necessidades funcionais do Serviço e à importância que assume o célere suprimento das mesmas para o seu regular funcionamento, considera-se que o recrutamento tem carácter urgente pelo que, a utilização dos métodos de selecção será efectuada de forma faseada, em tranches de 7 candidatos, nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011.

21 — Nos termos do n.º 10 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, da alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, da Portaria n.º 1553-C/2008 e do Decreto-Regulamentar n.º 14/2008, a posição remuneratória de referência é a segunda da carreira e categoria de técnico superior, a que corresponde o nível remuneratório 15.

22 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

23 — Júri:

Presidente — Sérgio Manuel Rodrigues Lopes, Professor Associado com Agregação do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da U.C..

Vogais efectivos — Fernando José Forte Garrido Branco, Professor Auxiliar do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da U.C., e Maria do Carmo Oliveira de Carvalho Mateus, técnica superior da Divisão de Recursos Humanos dos Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Administração da U.C..

Vogais suplentes — Maria Manuela Galhardo de Matos Vieira, técnica superior dos Serviços de Apoio à Gestão da Faculdade de Ciências e Tecnologia da U.C., e Luís Manuel Cortesão Godinho, Professor Auxiliar do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da U.C..

24 — O Presidente do júri será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo vogal efectivo indicado em primeiro lugar.

ANEXO

Temas a abordar:

Fabrico de peças de betão armado;
Montagem de estruturas metálicas;
Ensaio de betão fresco e de betão endurecido segundo as normas em vigor;
Ensaio e monitorização de estruturas da construção civil;
Segurança na construção civil.

Bibliografia aconselhada:

Gestão da Construção: um guia para construir com segurança e qualidade. Coord. Telmo Pereira, Lisboa, Verlag Dashofer, 2003, 2 vols +1CD, ISBN 9729838593.

Normas Betões:

NP EN 13791: 2008 — Avaliação da resistência à compressão do betão nas estruturas e em produtos prefabricados.

NP ENV 13670-1: 2007 — Execução de estruturas em betão. Parte 1: Regras gerais.

NP EN 206-1: 2007 — Betão. Parte 1: Especificação, desempenho, produção e conformidade.

NP EN 12504-3:2007 — Ensaio de betão nas estruturas: Parte 3: Determinação da força de arranque.

NP EN 12620: 2002+A1:2010 — Agregados para betão.

NP EN 12350-1: 2009 — Ensaio de betão fresco. Parte 1: Amostragem.

NP EN 12350-3: 2009 — Ensaio de betão fresco. Parte 3: Ensaio Vêbê.

NP EN 12350-4: 2009 — Ensaio de betão fresco. Parte 4: Grau de compactabilidade.

NP EN 12350-5: 2009 — Ensaio de betão fresco. Parte 5: Ensaio da mesa de espalhamento.

NP EN 12350-6: 2009 — Ensaio de betão fresco. Parte 6: Massa volumica.

NP EN 12350-7: 2009 — Ensaio de betão fresco. Parte 7: Determinação do teor de ar.

NP EN 12350-2: 2009 — Ensaio de betão fresco. Parte 2: Ensaio de abaixamento.

NP EN 12390-5: 2009 — Ensaio de betão endurecido. Parte 5: Resistência à flexão de provetes.

NP EN 12390-6: 2003 — Ensaio de betão endurecido.

NP EN 12390-7: 2009 — Ensaio de betão endurecido. Parte 7: Massa volumica do betão endurecido.

NP EN 12390-8: 2009 — Ensaio de betão endurecido. Parte 8: Profundidade de penetração da água sob pressão.

NP EN 12390-1: 2010 — Ensaio de betão endurecido. Parte 1: Forma, dimensões e outros requisitos para o ensaio de provetes e para os moldes.

NP EN 12390-3: 2009 — Ensaio de betão endurecido. Parte 3: Resistência à compressão dos provetes.

NP EN 12390-4: 2003 — Ensaio de betão endurecido. Parte 4: Resistência à compressão — Características das máquinas de ensaio.

NP EN 12390-2: 2003 — Ensaio de betão endurecido. Parte 2: Execução e cura dos provetes para ensaios de resistência mecânica.

NP EN 12504-2: 2003 — Ensaio de betão nas estruturas. arte 2: Ensaio não destrutivo — Determinação do índice esclerométrico.

NP EN 12504-1: 2009 — Ensaio de betão nas estruturas. Parte 1: Carotes. Extracção, exame e ensaio à compressão.

NP EN 13369: 2010 — Regras gerais para produtos prefabricados de betão.

Mecânica e Resistência de Materiais (3.ª edição), Vitor Dias da Silva, Zuari, 2004.

Mecânica dos Materiais, Artur Portela e Arlindo Silva, Coleção Plátano Universitária, 1996.

8 de Agosto de 2011. — O Reitor, *Prof. Doutor João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva*.

205009667

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Edital n.º 818/2011

Doutor José Carlos Diogo Marques dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Reitor da mesma Universidade:

Faço saber que, por meu despacho de 5 de Agosto de 2011, pelo prazo de cinquenta dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, se abre concurso documental para dois Professores Associados da Área Disciplinar de Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia desta Universidade.

I — As disposições legais aplicáveis são as seguintes:

1 — Artigos 37.º a 51.º e 62.º-A, do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio; Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto — Despacho n.º 12913/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 154, de 10 de Agosto de 2010.

II — Ao concurso podem candidatar-se:

1 — Os titulares do grau de doutor há mais de cinco anos.

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de ser reconhecido por instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 341/2007, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197, de 12 de Outubro.

Esta formalidade tem de estar cumprida até à data do termo do prazo para a candidatura.

III — O processo de candidatura ao concurso é instruído com:

1 — Carta de candidatura em que os candidatos deverão indicar os seguintes elementos:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;

- c) Número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu;
- d) Data e localidade de nascimento;
- e) Estado civil;
- f) Profissão;
- g) Residência ou endereço de contacto;
- h) Telefone ou telemóvel de contacto
- i) Endereço electrónico de contacto.

2 — Documentos comprovativos do preenchimento das condições fixadas no n.º 1 do capítulo anterior, designadamente, a certidão de doutoramento e a certidão de agregação, excepto para os casos correspondentes à obtenção do grau de doutor ou do título de agregado na Universidade do Porto;

3 — Exemplares, em suporte digital e em duplicado (2CDs ou 2DVDs), dos seguintes documentos:

a) Currículo contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de selecção e seriação constantes do capítulo VI do presente edital;

b) Trabalhos mencionados no currículo apresentado, podendo os candidatos destacar até dez dos que considerem mais representativos da actividade por si desenvolvida.

IV — As instruções para a apresentação da informação, em suporte digital, encontram-se disponíveis na área de Concursos de Pessoal do SIGARRA U.PORTO, no endereço http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=1004282.

V — A Reitoria comunicará aos candidatos o despacho de admissão ou não admissão administrativa ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições estabelecidas no capítulo II -1 deste edital.

VI — Critérios de selecção e seriação dos candidatos

Concurso para Professor Associado na FFUP — área disciplinar de Ciências Farmacêuticas

Fase 1 — Admissão

Estando em conformidade os restantes factores formais, os candidatos deverão possuir um curriculum global na área das Ciências Farmacêuticas, com relevância na área disciplinar de Ciências Farmacêuticas, conforme objectivado no edital do concurso.

Considera-se condição de admissibilidade a apresentação de prova de actividade científica, pedagógica e de outras, com importância para a missão da Faculdade de Farmácia da UP, que o júri considere relevantes e compatíveis com a categoria profissional a concurso no âmbito em que o mesmo foi aberto.

Fase 2 — Ordenação

Os candidatos deverão redigir o curriculum de modo a ser inequívoca a resposta aos aspectos que serão objecto de análise, nas três áreas de mérito abaixo ordenados.

Os méritos científicos e pedagógicos serão ponderados com igual peso, uma vez que se privilegia a necessária articulação entre ambas as áreas de actividade. Reconhece-se assim o contributo que a investigação aporta à docência e, por sua vez, que a pedagogia e a inovação pedagógica contribuem para o rigor no exercício da investigação científica. Serão ainda consideradas outras actividades relevantes para a missão da instituição de ensino superior, segundo o estatuto em vigor.

1 — Mérito Científico (peso mínimo de 40 e máximo de 45) reflectindo a avaliação do mérito dos candidatos considerando os seguintes parâmetros:

a) Produção científica: A avaliação deste parâmetro deverá ter em conta a qualidade e a quantidade da produção científica (livros, artigos em revistas, comunicações em congressos) expressa pelo número e tipo de publicações.

b) Impacto e reconhecimento internacional da produção científica: será considerado o reconhecimento prestado pela comunidade científica através dos factores de impacto relativo das revistas na área científica em que se insere, à data da apresentação do curriculum, do número de citações por outros autores, dos prémios e das patentes que originou e dos contratos com a indústria ou empresas de spinoff para cuja criação tenha contribuído.

c) Coordenação e realização de projectos científicos: serão considerados a quantidade e a qualidade de participações em projectos financiados de índole nacional e de cooperação internacional.

d) Intervenção na comunidade científica: será considerada a quantidade e a qualidade da intervenção na comunidade científica, nomeadamente organização de eventos, a edição de revistas (como membro da comissão redactorial ou como revisor), a apresentação de palestras convidadas, a participação em júris de provas académicas (com particular relevância para os de fora da instituição a que o candidato pertença) e de painéis de avaliação de projectos e actividades de consultadoria.

2 — Mérito Pedagógico (peso mínimo de 40 e máximo de 45): A avaliação do mérito dos candidatos, nesta perspectiva, consistirá na medida dos seguintes parâmetros:

a) Actividade lectiva: avalia a actividade lectiva realizada pelo candidato, sempre que possível, baseada em métodos de avaliação pedagógica objectiva, nomeadamente inquéritos pedagógicos devendo ser considerada relevante a regência de disciplinas (ou Unidades Curriculares)

b) Actividade ao nível de pós-graduação. Deve avaliar o número de orientações concluídas e em curso de dissertações de estudantes de 2.º e 3.º ciclos e coordenação destes cursos dos referidos ciclos.

c) Material Pedagógico produzido: avalia-se a qualidade e quantidade do material pedagógico produzido pelo candidato, bem como as publicações de índole pedagógica em revistas ou conferências de prestígio, prémios ou outras distinções.

d) Projectos Pedagógicos: avalia-se a coordenação, participação e dinamização de novos projectos pedagógicos (exemplo: criação de novos programas de disciplinas, participação na criação de novos cursos ou programas de estudo) ou reformulação e melhoria de projectos existentes, bem como, a realização de projectos com impacto no processo de ensino/aprendizagem.

e) Dinamização da actividade pedagógica. Este parâmetro avalia a capacidade de intervenção e dinamização da actividade pedagógica pelas contribuições para a Universidade, Faculdade ou para o Sistema Nacional ou Internacional de C&T.

3 — Outras actividades relevantes para a missão da instituição de ensino superior (peso mínimo de 10 e máximo de 20).

São consideradas outras actividades que não sendo classificadas como científicas ou pedagógicas são igualmente relevantes para a missão da FFUP, segundo os estatutos em vigor, nomeadamente a prestação de serviços à comunidade na perspectiva de valorização recíproca, a participação em associações, fundações ou empresas, com ou sem fins lucrativos e a participação em actividades de gestão, divulgação e representação.

VII — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor António Teixeira Marques — Vice-Reitor da Universidade do Porto

Vogais:

Prof. Doutor António José Leitão das Neves Almeida — Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

Prof. Doutor José Augusto Guimarães Morais — Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

Prof. Doutor Rogério Paulo Pinto de Sá Gaspar — Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

Prof. Doutor Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira — Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

Prof.ª Doutora Maria Margarida Duarte Ramos Caramona — Professora Catedrática da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor José Manuel Correia Neves de Sousa Lobo — Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto

Prof. Doutor Jorge Manuel Moreira Gonçalves — Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto

Prof.ª Doutora Maria Fernanda Coelho Guedes Bahia — Professora Catedrática Aposentada da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto

Prof. Doutor Patrício Manuel Vieira Araújo Soares da Silva — Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

VIII — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 de Agosto de 2011. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.
205027843

Edital n.º 819/2011

Doutor António Teixeira Marques, Professor Catedrático da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Vice-Reitor da mesma Universidade:

Faço saber que, por meu despacho de 4 de Agosto de 2011, no uso de competência delegada por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203 de 19 de Outubro de 2010, na sequência do despacho reitoral de 26.07.2011, que autorizou o respectivo recrutamento, pelo prazo de cinquenta dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, se abre concurso documental para um Professor Auxiliar da Área Disciplinar de Ciências Biológicas da Faculdade de Farmácia desta Universidade.